

Apresentação

O presente dossiê procura dar mostra do quanto a pesquisa histórica tem avançado no estudo das religiosidades, entendidas como a religião vivida no cotidiano, as espiritualidades concretas, seus ritos e códigos, e as representações do sagrado no âmbito cultural das sociedades. Não resta dúvida de que as pesquisas neste campo constituem um avanço, se considerarmos que a tradição da disciplina histórica, no tocante ao universo religioso, foi, desde o século XIX, sempre muito reticente ou circunscrita ao estudo das doutrinas oficiais ou das instituições religiosas, sem arriscar incursões mais arrojadas no plano das crenças.

A busca das religiosidades vividas por parte dos historiadores talvez deva muito, como ponto de partida, aos fundadores dos *Annales* — ao Marc Bloch, de *Les Rois Thaumaturges* (1924), ou ao Lucien Febvre, de *Le problème de l'incroyance* (1942) — cuja preocupação com as religiosidades, ainda que eclipsada na chamada “era braudeliana”, desabrocharia plenamente com a chamada história das mentalidades francesas, sobretudo a partir dos anos 1970.

Uma outra importante vertente de estudos históricos, envolvendo religiosidades, foi decorrente da renovação dos trabalhos sobre escravidão e pós-abolição nos Estados Unidos, pelo menos desde o início dos anos 1970, quando Eugene Genovese e Lawrence Levine redimensionaram a discussão sobre o papel da religião e da herança religiosa africana na criação de uma identidade escrava e negra. As discussões que vinham sendo travadas nos Estados Unidos incentivaram as pesquisas sobre outras realidades escravistas americanas e tiveram como resultado a produção de importantes trabalhos, como o de Mary Karasch (a sua tese foi defendida em 1972), que concedia um expressivo espaço para a religiosidade escrava e africana no Rio de Janeiro.

As religiosidades, submetidas a uma variada gama de instrumentos conceituais, constituem hoje área de estudos plenamente consolidada na

historiografia de diversos países — na Itália, de Carlo Ginzburg; na Inglaterra, de Keith Thomas; nos EUA, de Natalie Davis. Não resta dúvida de que isto também se deve, sobretudo nos últimos 20 anos, à aproximação entre a História e a Antropologia — ou antropologias, no plural — fazendo despertar nos historiadores a preocupação com aspectos rituais e estruturas de crenças por muito tempo negligenciados.

Mas não deixa de ser espantoso que a historiografia brasileira tenha descurado por tanto tempo do estudo das religiosidades, sendo o Brasil país embebido de religião, crenças multifacetadas e misticismos infrenes desde o período colonial. À exceção, talvez, de Gilberto Freyre, que muitos nem consideram historiador, nenhum de nossos historiadores clássicos — Varnhagen, Capistrano, Caio Prado, até mesmo Sérgio Buarque — se preocupou com a matéria, ao contrário dos antropólogos, dos folcloristas e dos sociólogos, que, desde o final do século XIX, vêm produzindo um significativo material, até mesmo investindo em análises históricas, especialmente ligadas às continuidades africanas. O já clássico livro do brasilianista Stanley Stein sobre Vassouras, publicado pela primeira vez nos Estados Unidos, em 1957, e que dedicara um capítulo à “religião e festividades na fazenda”, também custaria a incentivar os historiadores brasileiros. Uma honrosa exceção, que não pode deixar de ser mencionada — o livro de Julita Scarano, de 1975, sobre a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino, no século XVIII — como demorou muito a ter seguidores, acabou confirmando a regra.

Não é o caso, aqui, nos limites desta apresentação, de nos aventurarmos a explicar o porquê desta lacuna — que vale, em certo sentido, para a historiografia hispano-americana. Mas ela não deixa de ser intrigante, tendo sido o processo de secularização das “estruturas mentais”, entre nós, tão lento, para não dizer malogrado, em vários sentidos, se cotejado com a história do Ocidente. De todo modo, também no Brasil os estudos acerca das religiosidades vêm crescendo e se sofisticando desde os anos 1980, principalmente nos Programas de Pós-Graduação do país. O presente dossiê procura dar conta disso.

Para a sua realização, procuramos reunir historiadores que desenvolvem pesquisas sobre religiosidades, mas que trabalham com diferentes perspectivas de análise, assim como com variadas temporalidades e espacialidades. Entretanto, confirmando a tradição dos estudos de religiosidades, convidamos para a abertura deste número o antropólogo Sérgio Figueiredo Ferretti. Seu artigo apresenta uma importante discussão sobre o conceito de sincre-

tismo, procurando resgatar a sua historicidade e a sua relação com as lutas políticas e intelectuais da sociedade brasileira, ao longo do século XX.

Reunindo discussões sobre o mundo ibero-americano, entre os séculos XVI e XVIII, um primeiro grupo de artigos (do 2 ao 5) coloca em cena os temas da conversão dos tupis e dos tapuias pelos jesuítas, do criptoislamismo dos mouriscos, do marranismo dos cristãos-novos e o das várias faces da devoção mariana na América ibérica. Cristina Pomba desafia antigas e simplistas interpretações sobre as estratégias de conversão dos religiosos no Brasil colonial, ao desvendar as dificuldades de tradução e criação de um vocabulário comum entre o universo religioso dos jesuítas e o mundo religioso dos chamados tupis e tapuias. Rogério Ribas, a partir de fontes inquisitoriais portuguesas, analisa as possibilidades de continuidade e mudança do islamismo entre a população mourisca do século XVI, em meio a um formidável intercâmbio com crenças religiosas católicas. Anita Novinsky, apresentando novos dados sobre a presença de cristãos-novos no Brasil, centraliza a discussão em torno do conceito de marranismo na historiografia especializada. Por fim, o trabalho de Juliana Beatriz Almeida de Souza, atento às estratégias de difusão de cultos mais próximos da oficialidade católica, demonstra de forma surpreendente a íntima relação entre a difusão da devoção mariana no mundo ibero-americano e o enraizamento da colonização, sem descartar as variadas possibilidades de apropriação destes símbolos religiosos.

O segundo grupo de artigos (do 6 ao 9) apresenta variadas formas de aproximação entre a vivência religiosa e o mundo político. Os de Jaime de Almeida e Cecília Azevedo, entretanto, dedicam-se prioritariamente ao espaço do poder ou do imaginário político. Jaime de Almeida demonstra o quanto foram cruciais as disputas entre autoridades católicas e lideranças políticas — e a própria definição do papel do catolicismo — na emergência das novas nações hispano-americanas, especificamente na região de Nova Granada, atual Colômbia. Cecília Azevedo, por sua vez, nos consegue convencer a respeito da íntima relação que se desenvolveu entre o protestantismo e o liberalismo, entre religião e identidade nacional, na maior potência mundial contemporânea, os Estados Unidos, identificando certas acomodações da doutrina calvinista.

Os artigos de Jacqueline Hermann e Ivone Gallo debruçam-se, de uma forma inovadora, sobre uma clássica questão ligada à religiosidade popular: sebastianismo e messianismo e suas relações com questões políticas mais amplas. A primeira autora nos permite conhecer um impressionante movi-

mento político e religioso, ocorrido em Pernambuco, na Serra do Rodeador, na explosiva conjuntura nordestina de 1817-1820. Ivone Gallo, por sua vez, investe na análise do conteúdo milenarista-messiânico dos movimentos dos rebeldes no Contestado como um caminho primordial para se compreender o próprio conflito, ocorrido numa região entre o Paraná e Santa Catarina, entre 1912-1916.

O terceiro grupo de artigos (10 e 11) está diretamente ligado às questões da religiosidade afro-brasileira e suas possíveis relações com o mundo africano, especialmente com as tradições bantos da África Central e Ocidental. Gabriela Sampaio investiga a história inédita de Juca Rosa, um importante líder religioso negro, que atraiu seguidores de diferentes setores sociais, na cidade do Rio de Janeiro, na década de 1870. Marina de Mello e Souza, por sua vez, analisa um riquíssimo material de estatuetas mágico-religiosas, feitas e utilizadas por africanos e seus descendentes, na região do Vale do Paraíba fluminense, na segunda metade do século XIX.

Luiz Mott encerra o elenco de artigos do presente dossiê, abordando assunto do qual é nosso maior *expert*: o pecado da sodomia. “Os filhos da dissidência” é texto esmerado, que mostra por que as relações homoeróticas — e o “derramamento de sêmen”, em particular — foram consideradas, nessas relações, matéria heretical. O fato de este artigo tratar antes do “baixo corporal”, como diria Bakhtin, e não das espiritualidades, trouxe alguns dilemas para os editores deste número da TEMPO. Caberia ou não no dossiê? Optamos por incluí-lo, pois, além da excelência da pesquisa, com que razão retirá-riamos o “pecado nefando da sodomia” do território das religiosidades, se o próprio Santo Ofício português — supremo tribunal de fé na época — assimilou os sodomitas aos hereges por sua conduta desafiadora?

Por fim, publicamos neste número duas entrevistas com dois dos maiores representantes da historiografia brasileira sobre religiosidades — João José Reis e Laura de Mello e Souza. Seus depoimentos nos deram não apenas mais uma contribuição à temática em foco, como já era esperado, mas um valioso testemunho dos desafios enfrentados pelo ofício de historiador, sempre envolvido com os debates teóricos mais amplos e inserido nas lutas de seu próprio tempo. O leitor não pode perdê-las.

Martha Abreu

Ronaldo Vainfas

Professores do Departamento de História
da Universidade Federal Fluminense